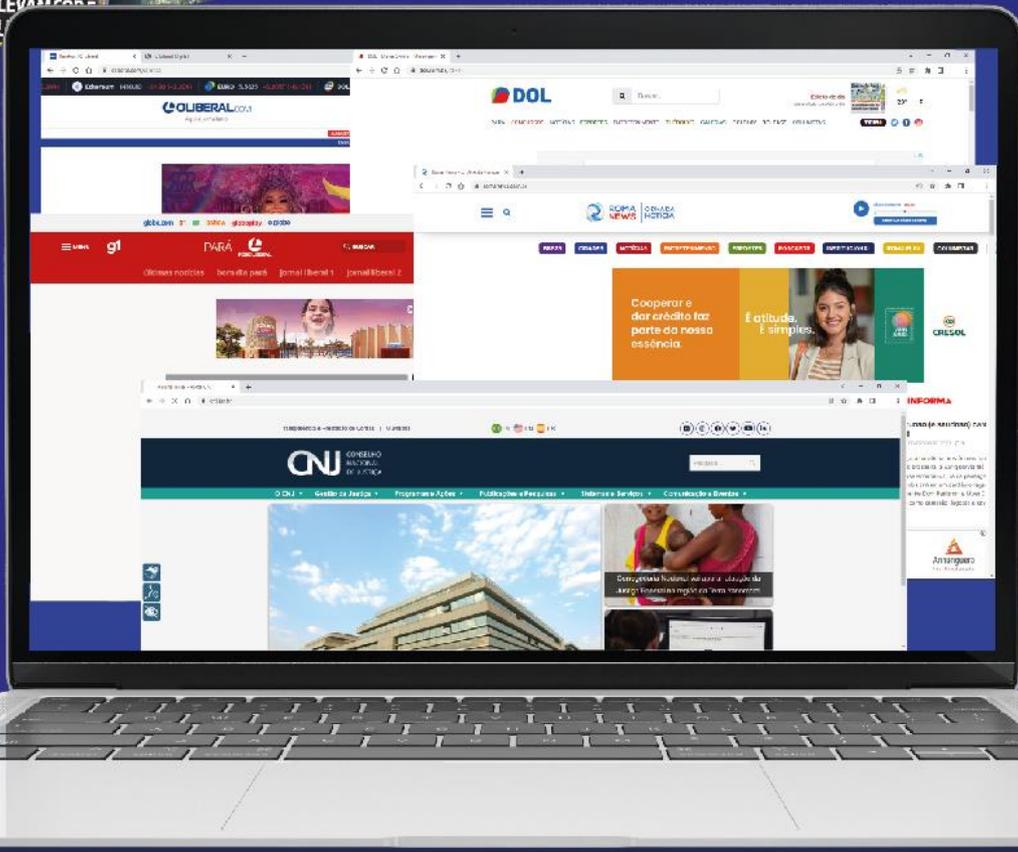




CLIPPING

Terça-Feira
05 de setembro
de 2023



REPÓRTER

70

EMPOUCAS LINHAS

● O Tribunal de Justiça do Pará abre no próximo dia 7 inscrições para mais um casamento comunitário.

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Coordenadoria de Imprensa do TJPA

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br

Judiciário abrirá inscrições para casamento comunitário

CERIMÔNIA

O Poder Judiciário do Pará, por meio de seu Núcleo Permanente de Métodos Consensuais de Solução de Conflitos (Nupemec), abrirá inscrições para o casamento comunitário, no período de 7 a 15 de setembro de 2023. A cerimônia civil será realizada no dia 10 de novembro de 2023 e faz parte da programação da XVIII Semana Nacional de Conciliação.

Os requisitos para participação são: os interessados deverão residir no município de Belém; ser beneficiário de programa de auxílio dos Governos Federal, Estadual ou Municipal ou estar inscrito na tarifa social de energia elétrica; ter endereço de e-mail e telefone de contato; preencher o formulário de inscrição e incluir a imagem dos documentos exigidos de acordo com o estado civil de cada interessado; apresentar documento de 2 testemunhas maiores de 18 anos.

Não serão aceitas inscrições sem a documentação e as imagens deverão ser de documentos originais.

Link do formulário para divulgação no portal: <https://forms.gle/aNFYx4PcnrAoi bSh9>.

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Coordenadoria de Imprensa do TJPA

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br

PF prende dono de serraria por comércio ilegal de madeira

OPERAÇÃO

Tiago Silva

DE CASTANHAL

No início da manhã de ontem, por volta das 6h, no bairro Titalândia, na cidade de Castanhã, na cidade de Castanhã, a Polícia Federal (PF) e a Secretaria do Meio Ambiente e Sustentabilidade (Semas) deflagraram a operação "Estância Virola". Cerca de 360m³

de madeira ilegal foram apreendidos. O dono de uma serraria foi preso em flagrante, acusado de receber madeira de origem ilegal, sem qualquer documentação, e revender de forma irregular, de acordo com as investigações da PF e da Semas.

Durante a operação, os agentes detectaram que o depósito de madeira também seria irregular. Além disso, um revólver calibre 38, com 5 munições intac-

tas, teria sido encontrado dentro de uma gaveta. Durante o cumprimento dos mandados judiciais, também foram apreendidos três caminhões, uma caminhonete e documentos supostamente relacionados à atividade ilegal.

Segundo a PF e Semas, o empresário foi autuado em flagrante e vai responder na justiça pelos crimes de receptação qualificada, depósito ilegal de madeira, venda ilegal do

produto, atividade poluidora e posse ilegal de arma de fogo municiada.

O nome da operação "Estância Virola" se refere ao tipo de madeira apreendida no início das investigações. A ação é resultado de um desdobramento da operação "Beira Rio", deflagrada no mês de julho deste ano, ocasião em que outro empresário do mesmo ramo foi preso e outras duas serrarias foram desativadas.



Na Serraria, em Castanhã, foram apreendidos 360 m³ de madeira

FOTOS: DIVULGAÇÃO

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Coordenadoria de Imprensa do TJPA

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br

Publicação sobre equipes interdisciplinares do Judiciário será lançada na quarta (6/8)

🕒 4 de setembro de 2023 - 📄 Notícias CNJ / Agência CNJ de Notícias

EQUIPES INTERDISCIPLINARES DO PODER JUDICIÁRIO



O Conselho Nacional de Justiça (CNJ) realizará, no dia 6 de setembro (quarta-feira), das 10h30 às 12h, [webinário](#) para lançar a publicação “Equipes Interdisciplinares do Poder Judiciário: Levantamento Nacional e Estratégias de Incidência”. O documento reúne boas práticas e estratégias para qualificar e fortalecer o trabalho dessas equipes nas áreas da execução penal, de alternativas penais e de execução de medidas socioeducativas, além da aproximação com as equipes dos Grupos de Monitoramento e Fiscalização dos Sistemas Carcerário e Socioeducativo (GMFs) dos Tribunais. O evento será transmitido ao vivo pelo canal do CNJ no YouTube.

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Coordenadoria de Imprensa do TJPA

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br

“A estruturação de equipes interdisciplinares no Poder Judiciário é fundamental para o sucesso de inúmeras políticas no campo penal e no campo socioeducativo, notadamente para a identificação de vulnerabilidades, riscos e possibilidades de proteção social presentes na trajetória de vida das pessoas marcadas pela privação de liberdade e suas famílias”, avalia o coordenador do Departamento de Monitoramento e Fiscalização do Sistema Carcerário e do Sistema de Execução de Medidas Socioeducativas (DMF/CNJ), Luís Lanfredi. “Justamente esse olhar abrangente, voltado ao indivíduo e não somente a um tipo penal ou um ato infracional, é capaz de subsidiar e informar nossa atuação na magistratura”, completa.

As equipes interdisciplinares são compostas por profissionais de diferentes especialidades, trajetórias e formações, que atuam principalmente em duas frentes: primeiro, no atendimento direto às pessoas em processos de execução penal, de penas e medidas alternativas e de medidas socioeducativas, além de suas famílias.

São fundamentais para a garantia de uma abordagem humanizada e digna nos espaços de justiça e também na identificação de vulnerabilidades e eventuais ocorrências de violação de direitos. Esse time multiprofissional também fornece pareceres técnicos para auxiliar decisões de magistrados e magistradas, fornecendo análises especializadas baseadas na área de conhecimento de cada um.

Fazendo Justiça

O material foi produzido no contexto do programa Fazendo Justiça, coordenado pelo CNJ em parceria com o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (Pnud) para acelerar as transformações necessárias no campo da privação de liberdade. A publicação foi elaborada a partir de mapeamento que identificou a caracterização das equipes, práticas, regramentos e dinâmicas locais.

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Coordenadoria de Imprensa do TJPA

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br

A segunda parte do produto destaca as atribuições e características das varas participantes do levantamento (Varas de Execução Penal, Varas de Execução e Medidas Alternativas, Varas da Infância e Juventude e Grupos de Monitoramento e Fiscalização). A última parte do documento apresenta medidas de gestão para o fortalecimento do trabalho das equipes interdisciplinares.

“A pesquisa demonstrou que esses profissionais lidam com situações diversas e adversas, o que nos traz desafios na construção de parâmetros de atuação, sobretudo em um país tão desigual quanto o Brasil. Além disso, os grupos de trabalho trouxeram questões como sobrecarga de trabalho, ausência de reconhecimento, relações hierárquicas enrijecidas, necessidade de ampliar a capacidade de articulação do Judiciário com o Executivo, entre outras”, explica a consultora do Pnud responsável pelo produto, Abigail Silvestre Torres. “Essas equipes alargam a interpretação da justiça sobre a vivência da sociedade e provoca a justiça, o sistema judiciário, a considerar atenuantes nas trajetórias das pessoas e a responsabilizar o estado pelas violações de direitos”, finaliza.

Diversidade e vivências

A psicóloga do Tribunal de Justiça do Pará (TJPA) Karla Dalmaso Souza integra uma equipe interdisciplinar na corte paraense e participou do grupo de trabalho que respondeu às questões que resultaram na publicação. A central da Equipe Multidisciplinar da Vara de Execuções Penais da região metropolitana de Belém, onde trabalha, atende um grande complexo penitenciário e o manicômio judiciário. Lá, atuam quatro profissionais (duas psicólogas, uma assistente social e uma pedagoga).

A vastidão do estado amazônico é algo que afeta diretamente o dia a dia dessas equipes. “As distâncias se tornam ainda maiores devido às condições das estradas, tanto enlameadas no período chuvoso quanto empoeiradas no verão amazônico. Isso é particularmente enfrentado por colegas que atuam no interior. Apesar das grandes conquistas, existem desafios relativos à carga de trabalho e a atuação interdisciplinar”, exemplificou.

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Coordenadoria de Imprensa do TJPA

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br

[Saiba mais detalhes na página do evento](#)

Para Karla, a publicação é pioneira ao discutir a atuação de equipes multidisciplinares em Varas como as de Infância e Juventude, Penas Alternativas e de Execução Penal porque explora a diversidade, potencialidades e desafios dessas equipes, tanto em âmbito macro quanto micro, regional e local.

“O documento oferece dados que podem melhorar as ações, expandir áreas de atuação e desenvolver referenciais técnicos. Um achado do levantamento é a falta de parâmetros claros para as responsabilidades das equipes, o que destaca a necessidade de investimento para sua formação. Essa publicação pode servir como uma ferramenta para as equipes argumentarem a necessidade de expansão e aprimoramento de suas atuações com base nos dados e argumentos apresentados”, finalizou.

Webinário de lançamento da publicação “Equipes Interdisciplinares do Poder Judiciário: Levantamento Nacional e Estratégias de Incidência”

Quando: 6 de setembro, das 10h30 às 12h

Onde: canal do CNJ no YouTube

Acompanhe o evento:

Texto: Isis Capistrano

Edição: Nataly Costa e Débora Zampier

Agência CNJ de Notícias

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Coordenadoria de Imprensa do TJPA

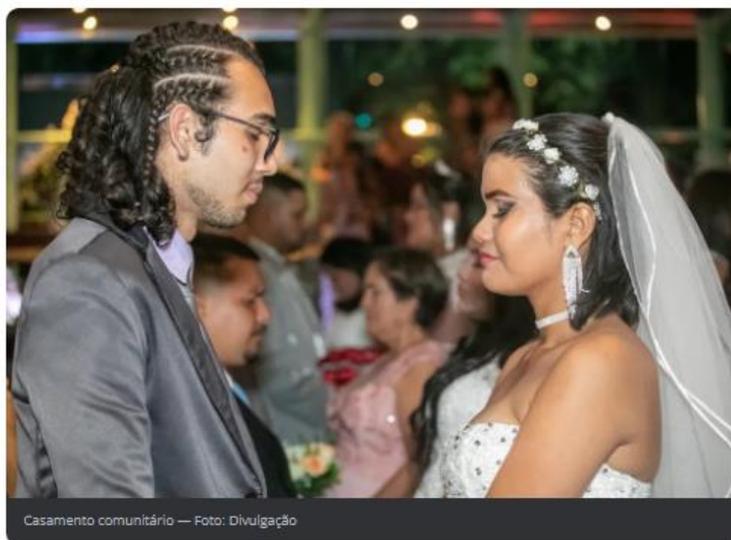
(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br

Judiciário do Pará abre inscrições para Casamento Comunitário

Inscrições vão de 7 a 15 de setembro. Saiba como participar.

Por g1 Pará — Belém

04/09/2023 18h40 · Atualizado há 18 horas



Casamento comunitário — Foto: Divulgação

O Poder Judiciário do Pará vai abrir inscrições para o Casamento Comunitário, no período de 7 a 15 de setembro de 2023. A cerimônia civil será realizada no dia 10 de novembro de 2023 e faz parte da programação da XVIII Semana Nacional de Conciliação.

Os requisitos para participação são:

- 1 - Os interessados deverão residir no Município de Belém;
- 2 - Ser beneficiário de programa de auxílio dos Governos Federal, Estadual ou Municipal ou estar inscrito na tarifa social de energia elétrica;
- 3 - Ter endereço de e-mail e telefone de contato
- 4 - Preencher o formulário de inscrição e incluir a imagem dos documentos

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Coordenadoria de Imprensa do TJPA

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br

exigidos de acordo com o estado civil de cada interessado;

5 - Apresentar documento de 2 testemunhas maiores de 18 anos.

Não serão aceitas inscrições sem a documentação e as imagens deverão ser de documentos originais. Link do formulário [disponível aqui](#).

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Coordenadoria de Imprensa do TJPA

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br

na comunidade Carariacá

A sessão está marcada para iniciar às 8h da manhã desta terça-feira (5). Sete testemunhas serão ouvidas.

Por **Gleilson Nascimento**, g1 Santarém e Região — PA
04/09/2023 17h42 · Atualizado há 19 horas



Fórum de Santarém — Foto: Gustavo Campos/G1

O tribunal do júri julga nesta terça (5), dois homens suspeitos de tentativa de homicídio. A sessão está marcada para iniciar às 08h, no Fórum de Justiça de Santarém, oeste do Pará. O crime aconteceu em abril de 2016, na Comunidade de Carariacá, na região do Distrito de Arapixuna. A vítima foi esfaqueada pelos acusados durante uma festa na comunidade. Sete testemunhas devem ser ouvidas além dos dois acusados.

O julgamento será presidido pelo juiz Gabriel Veloso de Araújo, a acusação ficará a cargo da promotora de Justiça Mariana de Sousa de Macedo Dantas e a defesa dos acusados ficará sob a responsabilidade da defensora pública Jane Telvia Amorim.

De acordo com o Ministério Público, Nogueira dos Santos e Glaudis Marc Cota Araújo, teriam iniciado, sem motivos aparente, uma discussão com a vítima,

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Coordenadoria de Imprensa do TJPA

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br

Anselmo Castro da Silva, que, chegou a ser empurrado pelos acusados. Para evitar confusão, Anselmo deixou a festa e seguiu em direção ao barco, que o levaria para casa. Já dentro da embarcação, a vítima foi surpreendida pelos acusados, que desferiram dois golpes de faca.

Em seu relato à polícia , Anselmo Castro informou que sentiu uma forte dor, semelhante a um soco, porém ao tocar se deparou com sangue e percebeu que estava sendo agredido pelos acusados que deram uma segunda facada na vítima.

Os acusados foram denunciados por tentativa de homicídio qualificado por uso de meio que dificultou ou impossibilitou a defesa da vítima

Ainda e acordo com o MP, no momento do crime, Nogueira dos Santos e Glaudis Marc Cota Araújo, apresentavam sintomas de embriaguez.

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Coordenadoria de Imprensa do TJPA

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br



Caso Yasmin: Justiça nega pedido da defesa e Lucas Magalhães deve ir a júri popular

POR ROMA NEWS | 05 DE SET DE 2023, 12:36

COMPARTILHAR:

O Tribunal de Justiça do Pará confirmou a decisão, nesta segunda-feira, 4, de que Lucas Magalhães, dono da lancha onde a influenciadora digital e estudante de medicina veterinária Yasmin Fontes Cavaleiro de Macêdo estava antes de cair e aparecer morta, deverá ir a júri popular. A informação foi confirmada pelo advogado da família de Yasmim.

Anteriormente, a Justiça determinou que Lucas Magalhães fosse julgado pelo tribunal do júri. A defesa entrou com um recurso chamado de embargo de declaração, porém o Tribunal manteve a decisão de ir a júri.

Yasmim Cavaleiro de Macedo desapareceu na noite do dia 12 de dezembro, durante um passeio de lancha pelas águas do rio Maguari, em Belém. Cerca de 15 pessoas estavam a bordo da embarcação. O corpo foi encontrado no dia 13 de dezembro, por volta de 12h40, em Icoaraci, na região de marinas particulares, no fundo do rio.

Lucas é indiciado por crimes que envolvem a morte da estudante Yasmin Cavaleiro, que ocorreu em dezembro de 2021. Ele foi preso em novembro de 2022, e responde pelos crimes de homicídio por dolo eventual, fraude

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Coordenadoria de Imprensa do TJPA

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br

processual, disparo de arma de fogo e posse ilegal de arma de fogo. O dono da lancha estava preso na Cadeia Pública de Jovens e Adultos (CPJA), localizado no Complexo Prisional de Santa Izabel do Pará, em maio deste ano, ele foi solto pela justiça e aguarda o julgamento em liberdade.

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Coordenadoria de Imprensa do TJPA

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br



Foto: TJPA

Quer casar? Saiba como fazer a inscrição no casamento comunitário do TJPA

POR ROMA NEWS | 05 DE SET DE 2023, 09:24

COMPARTILHAR:



O Poder Judiciário do Pará, por meio de seu Núcleo Permanente de Métodos Consensuais de Solução de Conflitos (Nupemec), abrirá inscrições para o Casamento Comunitário, no período de 7 a 15 de setembro de 2023. A cerimônia civil será realizada no dia 10 de novembro de 2023 e faz parte da programação da XVIII Semana Nacional de Conciliação.

Os requisitos para participação são:

Residir no Município de Belém; Ser beneficiário de programa de auxílio dos Governos Federal, Estadual ou Municipal ou estar inscrito na tarifa social de energia elétrica; Ter endereço de e-mail e telefone de contato; Preencher o formulário de inscrição e incluir a imagem dos documentos exigidos conforme o estado civil de cada interessado; Apresentar documento de 2 testemunhas maiores de 18 anos.

Não serão aceitas inscrições sem a documentação e as imagens deverão ser de documentos originais.

Link do formulário para divulgação no portal: <https://forms.gle/aNFYx4PcncrAoibSh9>

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Coordenadoria de Imprensa do TJPA

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br



VEJA NA REPORTAGEM

Acusado de estuprar e matar a filha tem julgamento adiado

O julgamento de Augusto Nascimento Duarte deveria ocorrer nesta quinta-feira (31), mas foi novamente adiado devido alegações de seu advogado, que pediu mais tempo.

quinta-feira, 31/08/2023, 23:05 - Autor: DOL



O réu tinha 19 anos quando foi preso pelo crime cometido contra a própria filha. | Reprodução/RBATV

O réu Augusto Nascimento Duarte, acusado de cometer o crime de estupro de vulnerável seguido do assassinato da própria filha, ainda não foi julgado. O acusado vai a Júri popular pelo crime cometido contra Ângela Maria Santos de Jesus, que ocorreu quando o réu tinha 19 anos.

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Coordenadoria de Imprensa do TJPA

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br

Augusto atualmente está com 22 anos e encontra-se preso no complexo penitenciário em Vitória do Xingu, aguardando o julgamento.

O julgamento estava marcado para acontecer no dia 18 de agosto, mas foi adiado para o dia 31. No entanto a sentença do júri que deveria ocorrer nesta quinta-feira foi mais uma vez suspensa, devido alegações do advogado de Augusto.

A defesa do réu alegou que conseguiu acesso a materiais e algumas provas importantes sobre o caso somente às vésperas do julgamento.

Ainda de acordo com a defesa, se o julgamento acontecesse hoje, sem a apreciação das provas, o réu seria prejudicado.

promotoria não se colocou contra o pedido do defensor, mas solicitou que o juiz mantenha ele preso preventivamente, permanecendo encarcerado até a nova data do julgamento.

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Coordenadoria de Imprensa do TJPA

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br

Caso Yasmin: Lucas Magalhães tem pedido negado e deverá ir a júri popular

O Tribunal de Justiça do Pará manteve a sua própria decisão, o que ocorreu na segunda-feira (4)



O Liberal
05.09.23 11h48



Lucas Magalhães tem pedido negado pelo Tribunal de Justiça do Pará e deverá ir a júri popular (Yasmin Macêdo e Lucas Magalhães. (Reprodução/Redes sociais))

Dono da lancha onde a influenciadora digital e estudante de medicina veterinária Yasmin Fontes Cavaleiro de Macêdo estava antes de cair e aparecer morta, Lucas Magalhães de Souza deverá ir mesmo a júri popular. Na segunda-feira (4), o Tribunal de Justiça do Pará confirmou sua própria decisão, que já havia sido dada anteriormente, de que Lucas deverá ir a júri popular. A informação foi dada, nesta terça-feira (5), à Redação Integrada de O Liberal, pelo advogado Madson Nogueira, que atua pela família de Yasmin.

A influenciadora desapareceu na noite de 12 de dezembro de 2021, durante um passeio de barco pelas águas do rio Maguari, em Belém, onde estavam outras

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Coordenadoria de Imprensa do TJPA

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br

19 pessoas. Yasmin teria sumido por volta de 22h30. O corpo da jovem foi encontrado às 12h40 de segunda-feira, dia 13, no distrito de Icoaraci, próximo a uma marina particular, a aproximadamente 11 metros de profundidade.

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Coordenadoria de Imprensa do TJPA

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br

Ministério Público apresenta recurso contra prorrogação do funcionamento do Aterro de Marituba

Nesse sentido, procurador de Justiça Cível Waldir Macieira da Costa filho ingressou, no Tribunal de Justiça, com um recurso de agravo



O Liberal
05.09.23 12h13



Ministério Público do Estado é contra a prorrogação do funcionamento do Aterro Sanitário de Marituba (Foto: Agência Pará)

O Ministério Público do Estado do Pará apresentou, nesta terça-feira (5), recurso de agravo contra a decisão de nova prorrogação das atividades do Aterro Sanitário de Marituba. O documento é assinado pelo procurador de Justiça Cível Waldir Macieira da Costa Filho e é contra a empresa Guamá Tratamento de Resíduos Ltda, o Estado do Pará e os municípios de Belém, Ananindeua e Marituba.

O Ministério Público do Pará, por meio do promotor, “requer a reforma da decisão monocrática que homologou novo acordo judicial apresentado pelos municípios de Belém, Ananindeua e Marituba, bem como pelo Estado do Pará..., pleiteando a não renovação da utilização do aterro sem as condicionantes previstas na lei

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Coordenadoria de Imprensa do TJPA

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br

de resíduos sólidos e acordos homologados anteriormente; que as partes apresentem a EIA/RIMA (Estudo de Impacto Ambiental- Relatório de Impacto Ambiental) e Licenciamento Ambiental, prazo e local definido para implementação da nova Central de Tratamento de Resíduos".

No final da tarde de quinta-feira (31), último dia do prazo judicial estabelecido para recebimento de resíduos sólidos no aterro sanitário de Marituba, a Justiça do Pará acatou duas petições e a Guamá Tratamento de Resíduos será obrigada a manter os serviços por mais três meses.

De acordo com a assessoria do Tribunal de Justiça do Pará, o desembargador Luiz Gonzaga da Costa Neto, da 2ª Turma de Direito Público, deferiu o pedido de tutela provisória de urgência, nesta quinta-feira, 31, formulado pelo Estado do Pará, Município de Belém, Município de Ananindeua e Município de Marituba. Foi determinado que a empresa Guamá Tratamento de Resíduos realize todas as obras de engenharia inerentes às etapas 2 e 3 mencionadas em Nota Técnica nº 38965.

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Coordenadoria de Imprensa do TJPA

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br